

AS BALIZAS NA HISTÓRIA: a discussão sobre a memória histórica no livro “A teia do fato” de Carlos Vessentini

Marcello Felisberto Morais de Assunção*

Este texto pretende fazer uma análise do livro “A teia do fato” de Vessentini (1997), tendo como eixo a discussão sobre as balizas na história através de três grandes tópicos que rondam esta obra: 1) A relação ideia e fato histórico; 2) A revolução de 30: Lembranças e negociação; 3) Memória e poder: marcos-temporalidades.

18

O livro de Carlos Vessentini “A teia do fato” nos dá suporte para problematizar questões tão presentes na historiografia, como objetividade e subjetividade. Ambos conceitos são em geral, a partir de vários graus de discussão na historiografia e nas ciências humanas, problemas no qual o ofício do historiador vem se defrontando desde a sua institucionalização como ciência no século XIX.

Vessentini irá se defrontar com estes conceitos a partir do prisma da historiografia, dizendo que existe um drama na interpretação do passado (1997: 65). Este drama está no fato de que quando o historiador vai ao passado, o interpreta carregando um conteúdo histórico já pré-configurado, que é o que Vessentini chama de ideia (1997: 82) – o “a priori” kantiano, a historiografia das lembranças para Mastrogregori (2006).

Para Vessentini o fato não é um mero espelho que reflete o passado, mas, é o resultado de um longo processo de transubstanciação da memória. Esta memória é constantemente enquadrada (POLLAK, 1989:7-15), sendo que este processo de enquadramento sempre tende a ser gestado pelas classes

* Graduando em história pela Universidade Federal de Goiás.

dominantes a partir de pretensões políticas do presente, que negocia dentro dos limites de justificação e que instituí fronteiras sociais, e também territoriais, a partir de seus interesses no presente.

Neste sentido, o fato histórico é visto como uma representação que busca ser universal mas, que sempre tende aos particularismos por representar os interesses de classe e grupos, estes que estão sempre em conflito pela legitimação da visão de mundo que estiver de acordo com sua perspectiva, simbólica, política e econômica.

Como nos mostra Pierre Bourdieu (1989) as lutas pelo domínio da apreensão do mundo social são efetivadas dentro do “*campo de produção*”¹, neste caso a história-ciência, que é onde se efetivara o domínio, a partir de lutas simbólicas, que buscam instituir o “monopólio da competência”, neste caso a análise do passado pela historiografia, para assim naturalizar concepções e visões de mundo. É dentro deste quadro de reflexões e que a relação ideia e fato histórico podem ser pensadas, já que a instituição do fato passa por processos de lutas, no interior do “campo”, que revelam o fato como carregado de ideias pré-concebidas.

Vessentini ao pensar o processo de forjar fatos prefere a metáfora do gancho (construída por Lucien Febvre) já que os ganchos perfuram gargantas e é propriamente isto que o historiador faz, ao omitir e dar ênfase, este seleciona e generaliza, muitas vezes, com a pretensão de transformar esta imagem como universal, e ao este fazer isso, atravessa tantas gargantas de tantos sujeitos ao esquecimento (VESENTINI, 1997: 87).

É a partir destes esquecimentos e ênfases que o autor parte para pensar a questão da distância entre a experiência e as balizas construídas sobre a história do Brasil, especificamente se voltando para o “30”. É neste sentido que para o autor as lembranças do 30 são negociadas pela memória como pela

¹Um campo, para Pierre Bourdieu, é um sistema competitivo de relações sociais que funciona segundo sua lógica interna, que é composto de instituições e indivíduos que competem pelo domínio da competência considerada (intelectual, religiosa, historiográfica, etc), o domínio (oriundo da acumulação de capital simbólico) do campo permite aos que o conquistam conferir ou retirar legitimidade de outros que estão neste (BOURDIEU in EAGLETON, 1997: 141)

história para instituir uma história de acordo com pretensões políticas dos grupos no poder, dando um sentido a história a partir da transubstanciação da memória que irá concretizar ao longo do tempo o duplo processo de conservação/destruição das memórias.

Nesta articulação é que a lembrança do “30” como revolução se instituí a partir de um longo processo de transubstanciação, que evidencia a distancia e não a proximidade com o passado². Ao Carlos Vessentini propor o estudo desta transubstanciação como objeto do historiador – como propoem também Marc Bloch (2002) e, também, Mastrogregori com o conceito de tradição das lembranças (2006) – este esta explicitando a importância de visualizar estes vários negócios que rondam a gestão do passado para ir além de uma história de “vencedores” e “vencidos”.

Esta concepção de história constituída de “vencidos” e “vencedores” se concretiza quando certos sujeitos com o “domínio da competência” (BORDIEU, 2003: 13) historiográfica partem do presente para julgar/avaliar a produção anterior (memorialista ou/e historiográfica) a partir de graus de cientificidade a hierarquizando a partir de pretensões do presente. Essas avaliações tendem a refletir as lutas pelo domínio do “campo” da historiografia, e portanto, pela capacidade do domínio, pela “formação estética do mundo” (RANCIÈRE, 1995: 7) que se concretiza, a nível da história, a partir da formação/destruição/permanência de balizas na história.

Estas balizas são marcos de poder que evidenciam o ato político que é inerente ao discurso histórico. Ao pensar o 30 Vessentini irá refletir com uma série de outros autores contemporâneos (Eclea Bosi, Edgar De Decca, etc) que esta temporalidade do 30 como marco da passagem do “tempo revolucionário” (SANDES, 2009) é construída a partir de uma visão retrospectiva que vê o 30 a partir do 37, e que por causa disto não consegue

²Para compreender mais sobre esse processo de transubstanciação no caso específico do 30, ver: SANDES, Noé Freire. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 43, p. 125-140, 2009.

ver outras temporalidades, marco que objetivava instituir uma perspectiva de unidade durante o regime varguista.

Esta construção do varguismo como marco é reproduzida a partir de diversos *campos de produção* que naturalizam essa forma de ver o passado. Para Vessentini o material didático é o meio mais amplo e significativo para instituir essa unificação e simplificação do conhecimento para a reprodução desta memória oficializada (VESSERTINI, 1997: 67). Para este a historiografia em Weffort, Ianni, Celso Cardoso, Caio Prado Jr, e diversos outros, a partir de diversas perspectivas teóricas e metodológicas continuou reproduzindo esta baliza a-criticamente (VESSERTINI, 1997: 99) para pensar o Brasil retrospectivamente.

Para Carlos Vessentini esta mera reprodução do fato pela historiografia nos mostra como esta baliza limitou o campo de visão a uma temporalidade naturalizada, que se sustentava a partir do silenciamento de sujeitos e objetos para concretizar nesta uma coerência interna. É criticando esta perspectiva que revela um claro marco de poder que Vessentini pensa que o estudo da memória pode ser uma ferramenta de romper com a perspectiva de um história dicotomizada entre vencidos e vencedores, que possa incluir o silêncio como um dos objetos do historiador³.

O esforço de Vessentini de romper a dicotomia de uma escrita da história que se fundamente na perspectiva de “vencidos” e “vencedores” – que é responsável pelos diversos silenciamentos na escrita da história – nos faz refletir sobre o próprio estatuto da história-ciência, já que a lembrança e os silêncios são assuntos primordiais para toda história que pretende ser científica, ou que pretenda discutir sua cientificidade, e neste ponto que reside a importância dessa obra de Vessentini.

³Como evidencia também BERNARDO (2003) ao se referir a importância do silêncio para o estudo da história: “Em matéria de ideologia o silêncio é sempre uma parte do discurso – para a visão crítica é mesmo a sua componente fundamental – por isso o lugar do silêncio está bem marcado, e quanto mais claramente definido ele for tanto mais gritante será, e mais o abafarão numa pletera de palavras. Tal como na arqueologia dos objectos materiais, os acúmulos de terra podem indicar que haja tesouros escondidos” (2003: 19).

REFERÊNCIAS

BERNARDO, J. *Labirintos do fascismo*. Porto: Afrontamento, 2003.

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003.

EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

VESENTINI, C. *A teia do fato*. São Paulo: Ed. Hucitec, História Social, USP, 1997.

MASTROGREGORI, M. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, J. (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 65-93.

POLLAK, M. *Memória esquecimento silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SANDES, N. F. O passado como negócio: o tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 43, p. 125-140, 2009.

RANCIÈRE, J. *Políticas da Escrita*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.